

# Sumário Executivo: Portugal, Balanço Social 2020

## Um retrato do país e dos efeitos da pandemia

SUSANA PERALTA, BRUNO P. CARVALHO, MARIANA ESTEVES







# Sumário Executivo

# Sumário

## Executivo

Este documento é um resumo do relatório “Portugal, Balanço Social 2020”. Pode encontrar a versão integral do relatório na [página da Social Equity Initiative](#).

O relatório anual “Portugal, Balanço Social” destina-se a traçar um retrato socioeconómico das famílias portuguesas, com ênfase nas situações de privação e pobreza e, quando possível, no acesso às respostas sociais existentes em Portugal.

Começamos por descrever a pobreza da forma mais habitual, em relação ao rendimento, para, de seguida, nos debruçarmos sobre a pobreza multidimensional. Nestes capítulos descrevemos as diferenças na situação laboral, no acesso à educação e saúde, nas condições de habitação e na participação social e política, entre a população total e os pobres. Discutimos também a persistência da pobreza, as diferenças regionais, a desigualdade na distribuição do rendimento, o impacto das políticas públicas na mitigação da pobreza e as perceções e atitudes da população face ao Estado Social. Porque as crianças são particularmente vulneráveis a situações de pobreza, dedicamos-lhes um capítulo especial.

Por último, num capítulo especial, resumimos o impacto da crise provocada pela 1.<sup>a</sup> fase da pandemia de covid-19 (março a setembro de 2020). Neste capítulo reunimos diversas fontes de dados, incluindo de inquéritos não representativos, para avaliar o impacto da crise pandémica na saúde, educação, mercado de trabalho, poupança, consumo e endividamento. Terminamos enquadrando estes efeitos com a evolução dos grandes agregados macroeconómicos no período da pandemia.

Pedimos aos nossos leitores dois cuidados na leitura deste trabalho. A caracterização das situações de exclusão nele feita não é exaustiva. Nenhuma parte do relatório deve ser lida como análise do impacto das múltiplas políticas públicas de combate à pobreza. O objetivo é fornecer uma base para uma discussão transversal sobre as situações de pobreza e exclusão social em Portugal.

# 1.

## Ideias principais

A **taxa de risco de pobreza** diminuiu em Portugal na última década. Em 2019, 17,2% da população portuguesa era pobre (menos 1,3 pontos percentuais que em 2008). A taxa de risco de pobreza antes de transferências sociais é de 43,4%. A taxa de risco de pobreza é maior entre os desempregados, famílias monoparentais e indivíduos menos escolarizados.

A taxa de privação material em 2019 é de 15,1%, sobretudo por dificuldade em usufruir de pelo menos uma semana de férias fora de casa, por ter dificuldade em fazer face a despesas inesperadas, ou por não conseguir manter a casa adequadamente aquecida.

Em 2019, 12,5% da população encontrava-se em situação de **pobreza persistente**, ou seja, era pobre em 2019 e em pelo menos dois anos entre 2016 e 2018. 62,5% dos pobres em 2019 estavam em situação de pobreza persistente.

Um dos determinantes da pobreza é a relação com o mercado de trabalho: 42% dos desempregados e 11,4% dos empregados são pobres. A **intensidade laboral** mede a percentagem do tempo trabalhada pelos indivíduos com idades entre os 18 e os 59 anos em cada família. Em 2019, 28,7% da população pobre vivia em agregados com menos de 45% de intensidade laboral, o que compara com uma taxa de 9,4% para a população total.

As famílias pobres:

- têm **piores condições habitacionais**. Em 2019, 18% das famílias pobres viviam em alojamentos sobrelotados, face a 9,5% da população total.
- têm **acesso mais difícil à educação superior**. Em 2019, apenas 10% dos pobres tinham o ensino superior, face a 23% da população total.
- têm uma **saúde pior** (autoavaliada). Em 2019, 24,1% classificam o seu estado de saúde como mau ou muito mau.

- têm **mais dificuldade em aceder a cuidados de saúde**. Em 2019, 22,3% indica que pelo menos numa ocasião não conseguiu aceder a consulta ou tratamento de medicina dentária.
- têm **menor frequência de participação em atividades sociais**, menor interesse em política e menor frequência de uso de internet.

A incidência de pobreza não é igual em todas as **regiões** do país. Em 2019, o Algarve era a região do território continental com maior taxa de risco de pobreza (18,8%) e maior taxa de privação material (6,6%). Os Açores são a região mais pobre (31,8%) e mais desigual do país. Lisboa é o município com maior desigualdade na distribuição dos rendimentos.

As **crianças** são um dos grupos da população mais vulnerável à pobreza e exclusão social. Em 2019, 18,5% das crianças em Portugal eram pobres. A escolaridade tem um papel importante na redução da transmissão intergeracional da pobreza. As crianças mais pobres têm menor acesso à educação pré-escolar e têm piores resultados, tanto nas notas internas, como nas classificações obtidas em provas nacionais centralizadas (exames e provas de aferição) durante o ensino obrigatório.

A **pandemia de covid-19** chegou a Portugal em março e teve importantes consequências ao nível da saúde, da mobilidade e da situação económica dos portugueses. A magnitude dos seus efeitos foi, no entanto, diferenciada entre grupos da população.

Além do aumento dos óbitos (7,9% dos óbitos de abril de 2020 estão relacionados com o covid-19) e do elevado número de doentes com covid-19 internados em enfermarias e unidades de cuidados intensivos, a pandemia provocou uma sobrecarga expressiva no Serviço Nacional de Saúde. O número de consultas presenciais e cirurgias em ambulatório

contraiu severamente. Em abril de 2020, foram apenas realizadas 182 cirurgias, face a 13000 em abril de 2019. O impacto desta sobrecarga não foi igual para todos os grupos da população. A pandemia afetou particularmente a saúde mental dos mais pobres, dos menos escolarizado e dos desempregados.

Com o encerramento das escolas, as aulas presenciais foram substituídas pelo **ensino a distância**. Esta substituição afetou de uma forma mais negativa os alunos de famílias mais pobres. No ano letivo 2017/2018, apenas 62% dos alunos com apoio dos Serviços de Ação Social Escolar (SASE) tinham computador e 52% tinham acesso à internet, o que compara com uma taxa de 71% de acesso a internet e computador para os alunos sem SASE. Por outro lado, os alunos de famílias mais pobres foram os que menos alteraram os seus padrões de consumo de televisão, face à disponibilização de conteúdos educativos através do programa *Estudo em casa*.

As condições no **mercado de trabalho** alteraram-se profundamente em resposta à pandemia. Dependendo dos setores, as medidas de confinamento fizeram aumentar a prevalência do teletrabalho, ou levaram ao encerramento de empresas. Não se observou um aumento imediato da taxa de desemprego devido sobretudo ao regime de *layoff* simplificado. No final de abril de 2020, o número de trabalhadores em *layoff* simplificado era de 1,2 milhões, o que compara com cerca de 70 mil no final de março. Os setores que puderam continuar em **teletrabalho** recorreram menos ao *layoff* simplificado e as profissões compatíveis com teletrabalho têm em regra salários mais elevados.

Embora a taxa de desemprego só tenha começado a aumentar em junho, o **número de inscritos no centro de emprego** aumentou mais expressivamente em abril. Neste mês o número de novos inscritos foi 3,8 vezes superior ao do mês correspondente de 2019. Este aumento foi mais expressivo entre os mais jovens e com escolaridade até ao 12.º ano.

Estudos não representativos mostram que as pessoas que se identificam como mais pobres são as que reportam maior **perda de rendimento**. Ao mesmo tempo, observou-se um aumento de 11 mil beneficiário do **rendimento social de inserção**, entre janeiro e setembro de 2020.

As medidas de confinamento e distanciamento social reduziram o tempo que as pessoas passam fora de casa. A permanência no local de trabalho habitual diminuiu até ao máximo de 57,5% em abril, tendência que continuou nos meses pós-confinamento.

A contração do consumo ligada à pandemia afetou de forma diferenciada os vários **setores** económicos. No setor da restauração e similares, o volume de compras com meios de pagamento eletrónico reduziu mais de 85%, entre abril de 2019 e o mesmo mês de 2020. Os setores mais afetados pela crise pandémica – Restauração, Moda e Acessórios, Transportes de Passageiros e os Alojamentos Turísticos – têm uma prevalência de salários baixos, trabalhadores com baixas qualificações, mulheres e trabalhadores estrangeiros, quando comparados com a média de todos os setores da economia. Esta evidência sugere que os subgrupos mais frágeis da população foram mais afetados pela pandemia.

O **consumo** diminuiu e a **poupança** aumentou no 2.º trimestre de 2020. O nível de endividamento das empresas e das famílias aumentou. Medidas como as moratórias públicas contribuíram para mitigar um aumento de devedores em incumprimento.

Os grandes **agregados macroeconómicos** refletem o impacto sem precedentes da pandemia na economia Portuguesa. No 2.º trimestre de 2020 a contração do PIB foi de 16,3% em termos homólogos e o défice aumentou para 1,9%. A dívida pública aumentou para 130% do PIB no 3º trimestre.



## 2.

# Um retrato do país

A prevalência de pobreza e privação material tem vindo a diminuir ao longo do tempo, com exceção do período da crise financeira do início da década. Em 2019, o **limiar de pobreza** em Portugal era de 6014 €/ano, mais 1045 € que em 2008, de acordo com os dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) de 2019. Com base neste valor, é possível calcular a **taxa de risco de pobreza** (depois de transferências sociais) e de **pobreza extrema**, que eram, em 2019, de 17,2% e 10,4%, respetivamente. As transferências sociais são importantes instrumentos para reduzir a pobreza. Em 2019, a proporção de pessoas em situação de pobreza, antes de transferências sociais, era de 43,4%.

Portugal está ainda acima da média da União Europeia (UE) nos indicadores de taxa de pobreza ou exclusão social, taxa de risco de pobreza e taxa de privação material. Apenas a percentagem de pessoas em agregados com baixa intensidade laboral é menor em Portugal do que na média da União, o que em muito se deve às elevadas taxas de privação laboral em países como a Bélgica, a Irlanda e a Grécia.

Um indicador fortemente relacionado com a taxa de risco de pobreza é a **intensidade laboral** — a percentagem de tempo total do ano em que os adultos da família estão a trabalhar. A proporção de agregados onde os adultos entre 18 e 59 anos trabalham menos de 20% do tempo, isto é, a percentagem de pessoas com muito baixa intensidade laboral aumentou entre 2008 e 2014. Neste ano atingiu um máximo de cerca de 12%, tendo regressado aos níveis pré-crise em 2019, quando se cifrou em cerca de 6%.

A taxa de **privação material** também teve uma evolução positiva. Em 2019, 15,1% das pessoas encontravam-se em situação de privação material e 5,6% em situação de privação material severa, face a 23% e 9,7% em 2008, respetivamente.

Apesar deste declínio, em 2019, 15,1% das pessoas ainda se encontravam em situação de privação, sobretudo por dificuldade em usufruir de pelo menos uma semana de férias fora de casa, por ter dificuldade em fazer face a despesas inesperadas, ou por não conseguir manter a casa adequadamente aquecida.

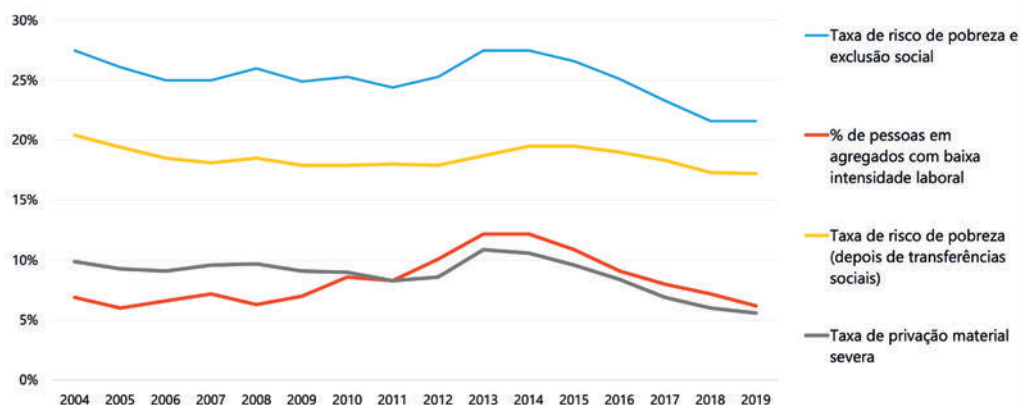
A Figura 1 mostra a evolução de alguns destes indicadores.

A **privação material** é superior entre a população pobre. Cerca de 40% da população pobre está também em situação de privação material, face a 10% da restante população. Entre 2008 e 2019 aumentou o número de pessoas que afirma não ter capacidade de assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a um empréstimo. Para a população em risco de pobreza este valor subiu de 47% para 64%.

Um dos determinantes mais importantes da situação de pobreza é a relação com o **mercado de trabalho**. Os desempregados são o grupo com maior taxa de risco de pobreza em 2019 (42%). Trabalhar a tempo inteiro também não é garantia de sair da situação de pobreza – 46% da população pobre vive em agregados onde os adultos trabalham mais de 85% do tempo, ou seja, praticamente a tempo inteiro. Além dos desempregados, a pobreza é também mais prevalente entre as famílias monoparentais e os indivíduos com níveis de escolaridade mais baixos.

Portugal está ainda acima da média da União Europeia (UE) nos indicadores de taxa de pobreza e exclusão social, taxa de risco de pobreza e taxa de privação material. Apenas a percentagem de pessoas em agregados com baixa intensidade laboral é menor em Portugal do que na média da União, o que em muito se deve às elevadas taxas de privação laboral em países como a Bélgica, a Irlanda e a Grécia.

**Figura 1 - Evolução da pobreza e exclusão social – Indicadores Europa 2020 (%)**



Fonte: Eurostat

**Notas**

1. O significado destes conceitos é definido com precisão na versão integral do relatório. É importante ter em conta que o rendimento e a intensidade de trabalho dizem respeito ao ano de 2018, enquanto as restantes dimensões se referem a 2019.
2. Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social encontram-se em pelo menos uma das três seguintes condições: em risco de pobreza após transferências sociais (pobreza monetária), com privação material grave ou num agregado com intensidade de trabalho muito baixa.
3. Para o conjunto da União Europeia, o objetivo entre 2008 e 2020 é o de retirar 20 milhões de pessoas da pobreza. Até 2019, o número de pessoas em risco de pobreza era 107,5 milhões, tendo decrescido 8,5 milhões em comparação a 2008, um valor ainda muito aquém das metas traçadas.

**Tabela 1 - Pobreza e exclusão social – Indicadores Europa 2020 (%)**

	Taxa pobreza ou exclusão social	Taxa risco pobreza	Taxa privação material severa	% pessoas em agregados com baixa intensidade laboral
<b>Portugal</b>	21,6	17,2	5,6	6,2
<b>União Europeia (27)</b>	20,9	16,5	5,4	8,3

Fonte: Eurostat.

**Notas**

1. Percentagem de pessoas que, em 2019, era ainda afetada pelas condições retratadas nos Indicadores Europa 2020 nos 27 países pertencentes à União Europeia à data e respetiva média da União.
2. O significado destes três conceitos é definido ao longo relatório. É importante ter em conta que o rendimento e a intensidade de trabalho dizem respeito ao ano de 2018, enquanto as restantes dimensões se referem a 2019.
3. Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social encontram-se em pelo menos uma das três seguintes condições: em risco de pobreza após transferências sociais (pobreza monetária), com privação material grave ou num agregado com intensidade de trabalho muito baixa.
4. Interpretação: Em 2019, em média 20,7% da população da União Europeia encontrava-se em situação de pobreza ou exclusão social. Em Portugal 21,6% das pessoas estavam nesta situação.

A tendência de redução observada na Figura 1 esconde assimetrias em alguns subgrupos da população. Entre 2008 e 2019, no grupo de pessoas desempregadas, a taxa de pobreza aumentou de 35% para 42%. Embora os trabalhadores do setor primário tenham um risco de pobreza mais elevado do que os dos restantes setores (27%, em 2019), foram os trabalhadores da construção que, entre 2008 e 2019, tiveram um maior aumento do risco de pobreza, de 18% para 21%. Neste período, o sobre-endividamento diminuiu para metade e são menos as pessoas que dizem viver em agregados com dificuldades financeiras para chegar ao fim do mês.

As medidas de incidência de pobreza monetárias têm uma limitação importante: não informam sobre a intensidade da pobreza. Para compreender quão pobres são os pobres, podemos analisar a distância entre os rendimentos de cada agregado e o limiar de pobreza, ou seja, o hiato da pobreza. O índice de severidade de pobreza é calculado com base no hiato de pobreza e dá mais peso aos agregados com hiatos de pobreza maiores. De acordo com este indicador, a severidade da pobreza aumentou de 2,1% para 2,3%, entre 2008 e 2019.

Para além da pobreza monetária, material e laboral, analisamos outras privações essenciais relacionadas com a saúde, a habitação e a participação social e política.

Em 2019, 24,1% dos pobres autoavaliam a sua **saúde** como má ou muito má; na população total, esse número é de 15,1%. Os pobres reportam mais doenças crónicas e prolongadas: 47,5% vs. 41,2%. Os pobres têm também níveis de privação mais elevados, especialmente nos cuidados de medicina dentária, que não são disponibilizados pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS): 22,3% vs. 11%.

A população pobre tem **carências habitacionais** bastante marcadas. A percentagem de pessoas em situação de privação habitacional severa é, em 2019, de 26%, o dobro daquela que encontramos na população total. No mesmo ano, 18% das famílias pobres viviam em alojamentos sobrelotados (face a 9,5% da população total). A proporção da população com encargos habitacionais excessivos é, também, maior entre as famílias em risco de pobreza. Cerca de 43% das famílias pobres considera que o custo total do alojamento é um “encargo muito pesado” (face a 26% da população total) e 38% dos agregados pobres em Portugal têm encargos com a habitação que excedem 40% do rendimento do agregado (face a 16% da população total).

A desigualdade na **participação social e política** compromete a qualidade da democracia na medida em que pode reduzir a representatividade dos interesses dos cidadãos nas escolhas políticas. Dados do European Social Survey mostram que, em 2018, cerca de 60% dos indivíduos mais pobres reportam limitações severas à sua participação em atividades sociais (face a cerca de 40% dos mais ricos). A proporção de pessoas mais pobres que não manifesta, ou manifesta pouco, interesse por política é de 60%, o dobro da proporção entre os mais ricos.

Embora seja importante compreender a proporção de pessoas que a cada momento está em situação de pobreza, é também útil avaliar a **taxa de pobreza persistente**, isto é, a percentagem de famílias que está em risco de pobreza num ano e também o esteve na maioria dos três anos anteriores. Em 2019, esta taxa é de 12,5% – como mostra a Tabela 2.

A taxa de risco de pobreza para as famílias que são seguidas ao longo dos quatro anos é de 20%, pelo que 62,5% dos pobres em 2019 estavam em situação de pobreza persistente. Destes, 8,6% nunca saiu da situação de pobreza no período de quatro anos entre 2016 e 2019. A situação mais grave regista-se nos desempregados e nas crianças: 59% e 36,5%, respetivamente, estiveram na pobreza em pelo menos um dos anos em análise.

**Tabela 2 - Persistência da Pobreza: 2016–2019 (%)**

	População Total	Crianças	Trabalhadores	Desempregados
<b>Nunca pobre</b>	68,8	63,5	74,9	41,3
<b>Pobre</b>				
Pobre num ano	10,1	13,7	9,7	11,4
Pobre em dois anos	7,0	8,7	6,7	11,3
Pobre em três anos	5,5	5,8	4,3	13,5
Pobre em quatro anos	8,6	8,4	4,5	22,5
Pobre pelo menos um ano	31,2	36,5	25,1	58,7
<b>Indicador Eurostat</b>	12,5	11,0	8,0	33,2

**Fonte:** ICOR, Longitudinal 2016–2019.

**Notas**

1. Nestes cálculos usamos apenas 25% da amostra, dada a natureza rotativa da base de dados longitudinal.
2. O "indicador Eurostat" é definido como a proporção de pessoas com rendimento disponível equivalente abaixo do limiar de risco de pobreza no ano em curso (neste caso 2019) e em pelo menos dois dos três anos anteriores.
3. Interpretação: 68,8% da população total nunca foi pobre no período de 2016-2019; quando nos referimos às crianças, trabalhadores e desempregados, esta percentagem é, respetivamente, 63,5%, 74,9% e 41,3%.



A **desigualdade** na distribuição de rendimentos pode ser medida através da curva de Lorenz ou de índices de desigualdade de rendimentos, como o Coeficiente de Gini. A desigualdade diminuiu ligeiramente na última década. Em 2008, metade do rendimento era detido pelos 25% de famílias mais ricas; em 2019, estas famílias detinham 42% do rendimento total disponível no país. Os mais pobres detinham 9,5% do rendimento em 2008 e em 2019 detêm 11%. O coeficiente de Gini também reflete esta diminuição da desigualdade, uma vez que se reduz de 35,8 para 31,9, entre 2008 e 2019.

As **transferências sociais**, como o subsídio de desemprego, doença ou velhice, têm um importante papel na mitigação da pobreza e desigualdade na distribuição dos rendimentos. As transferências com maior número de beneficiários são as prestações sociais monetárias por velhice – recebidas, em 2019, por cerca de 28% da população. Na ausência de transferências, a taxa de pobreza em 2019 subia de 17,2% para 43,4%. O Coeficiente de Gini subia de 31,9 para 37.

Os mais pobres são mais favoráveis às políticas de redução da desigualdade de rendimentos (92% concordam que o Governo deve reduzir as diferenças nos níveis de rendimento, face a 84% dos mais ricos). Ainda assim, de modo geral, têm menos **confiança nas instituições**, estão mais insatisfeitos com o funcionamento da democracia e com o estado da saúde e da educação em Portugal.

## DIFERENÇAS REGIONAIS

Existem importantes disparidades regionais na incidência de pobreza, privação material e desigualdade na distribuição dos rendimentos. Em 2019, a Região Autónoma dos Açores é aquela onde há maior taxa de risco de pobreza (31,8%), seguida da Região Autónoma da Madeira com 27,8%. No continente, o Algarve e o Norte são as regiões mais afetadas (18,8% e 18,3%, respetivamente). O Algarve e o Norte são as regiões com maior taxa de privação material severa, ambos com 6,7%, em 2019. Lisboa é a zona com maior desigualdade em Portugal continental (Coeficiente de Gini de 36,7). A Tabela 3 mostra os 3 municípios mais desiguais e os 3 mais iguais do país. A relativa similaridade na desigualdade entre regiões do território continental esconde assimetrias por município, com o coeficiente de Gini a variar entre 23,1 (Alandroal) e 36,7 (Lisboa).

## SITUAÇÃO DAS CRIANÇAS

As crianças são um dos grupos da população mais vulnerável a situações de pobreza e exclusão social. O risco de **pobreza** entre as crianças era, em 2019, 18,5%, superior ao da população total (17,2%). A pobreza atinge 33,9% dos agregados monoparentais, que são o tipo de agregado com maior taxa de pobreza.

A **escolaridade** tem um papel importante na mitigação da transmissão intergeracional da pobreza. Nos anos que antecedem a escolaridade obrigatória, o rendimento da família influencia a frequência da creche e pré-escolar – cerca de 8 em cada 10 crianças pobres não tem acesso a creche e, entre os 4 e os 7 anos, os mais pobres são os que menos frequentam o pré-escolar. No ensino obrigatório, são estas crianças que têm piores resultados nas notas internas e nos exames e provas de aferição.

**Tabela 3 - Coeficiente de Gini (%)**

Mais desiguais				Mais iguais			
Município		Região	Coeficiente de Gini	Município		Região	Coeficiente de Gini
1º	Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	36,7	1º	Alandroal	Alentejo	23,1
2º	Porto	Área Metropolitana do Porto	35,1	2º	Pampilhosa da Serra	Centro	24,1
3º	Cascais	Área Metropolitana de Lisboa	34,3	3º	Portel	Alentejo	24,3

Fonte: INE (2018)

### Notas

1. Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal.
2. Interpretação: Lisboa é o município de Portugal onde a distribuição de rendimentos entre as pessoas é mais desigual (36,7).

### 3.

## Os efeitos da pandemia

A pandemia covid-19, que chegou a Portugal em março de 2020, mudou os termos do debate sobre a pobreza e a exclusão social. À data de elaboração deste relatório, ainda não estão disponíveis os resultados de inquéritos anuais (como o ICOR) relativos a 2020, mas já é possível perceber o impacto económico desta crise nas famílias portuguesas. Analisamos o período desde o início da pandemia em Portugal até 30 de setembro de 2020.

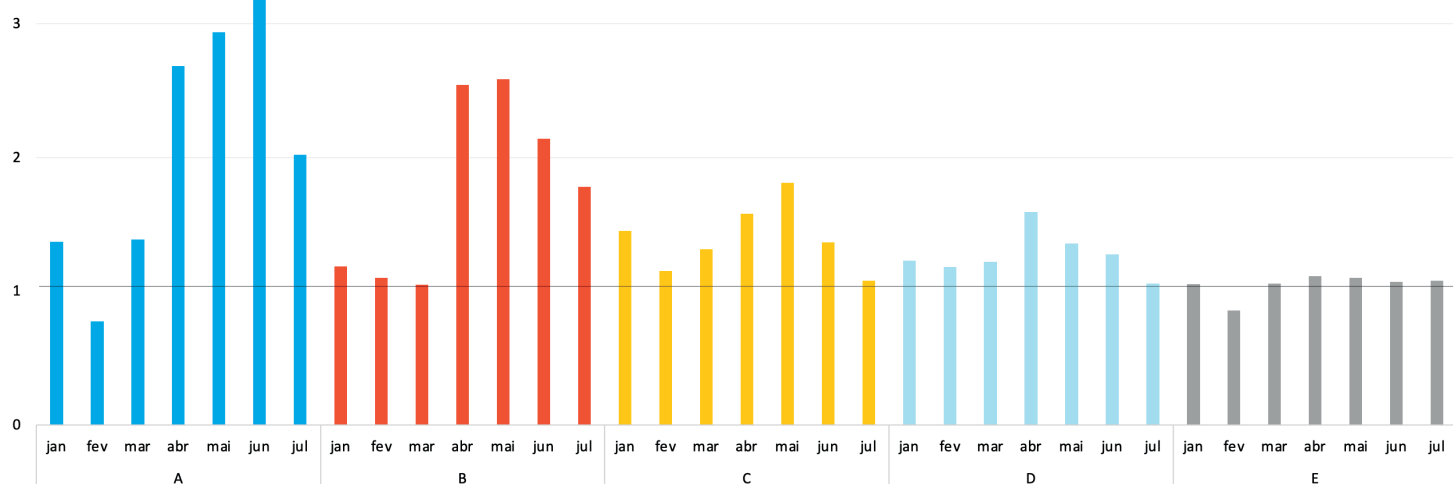
Portugal registou um **aumento da mortalidade** em termos homólogos, tanto por covid-19 como por outras causas. O mês de julho foi o mês com maior aumento de mortalidade em termos homólogos, com 10.430 óbitos em 2020, face a 8252 em 2019. De acordo com o INE, apenas 28% do total de óbitos se deve a mortes por covid-19. A pressão no SNS sentiu-se também nos internamentos – o número de internamentos por covid-19 disparou a partir de abril, tendo atingido o máximo nesse mês, tanto nas enfermarias destinadas a doentes covid-19 como nas Unidades de Cuidados Intensivos (UCI).

A pressão sobre o SNS levou ao **cancelamento de consultas e cirurgias**. Em abril, 1,22 milhões de consultas e 135,8 milhares de cirurgias em ambulatório foram adiadas. O inquérito da Nova SBE/Visão reflete esta realidade, com 90% dos inquiridos a reportar adiamento de consultas ou alteração para não presencial.

Num período atípico e incerto, a **saúde mental** dos portugueses sofreu consideravelmente. De acordo com o inquérito *Diários de uma Pandemia* (ISPUP/INESC TEC), os mais afetados foram os mais pobres, os menos escolarizados e os desempregados. Outro inquérito, da Nova SBE/Visão, reporta que os agregados com menor rendimento mensal são os que mais consideram ter um risco de infeção elevado ou muito elevado.

O fecho das **escolas** a 16 de março significou uma enorme mudança para alunos e docentes. A 20 de abril, para complementar o ensino a distância, foi lançado o programa televisivo *Estudo em Casa*, em sinal aberto na RTP Memória. Os dados da *GfK Portugal* mostram que as audiências do canal aumentaram 60% em termos homólogos. Este aumento deveu-se sobretudo à população mais jovem (até aos 17 anos), público alvo do programa. Contudo, o aumento de espetadores não é homogéneo entre classes sociais, sendo mais expressivo entre os mais ricos (classes A e B) – como mostra a Figura 2.

**Figura 2 - Rácio audiências de 2020 da RTP Memória face ao mês homólogo, por classe social**



Fonte: GfK.

**Notas**

1. Rácio entre a média diária em minutos do canal RTP Memória em 2020 face ao mês homólogo de 2019, por classe social.
2. Média de minutos passados a ver RTP Memória em 2019: classe A - 11,74; classe B - 20,46; classe C - 30,42 classe D - 31,17; classe E - 42,69.
3. Interpretação: Em abril de 2020, a classe social A passou, em média, 2.7 vezes mais tempo a ver a RTP Memória do que em abril de 2019..

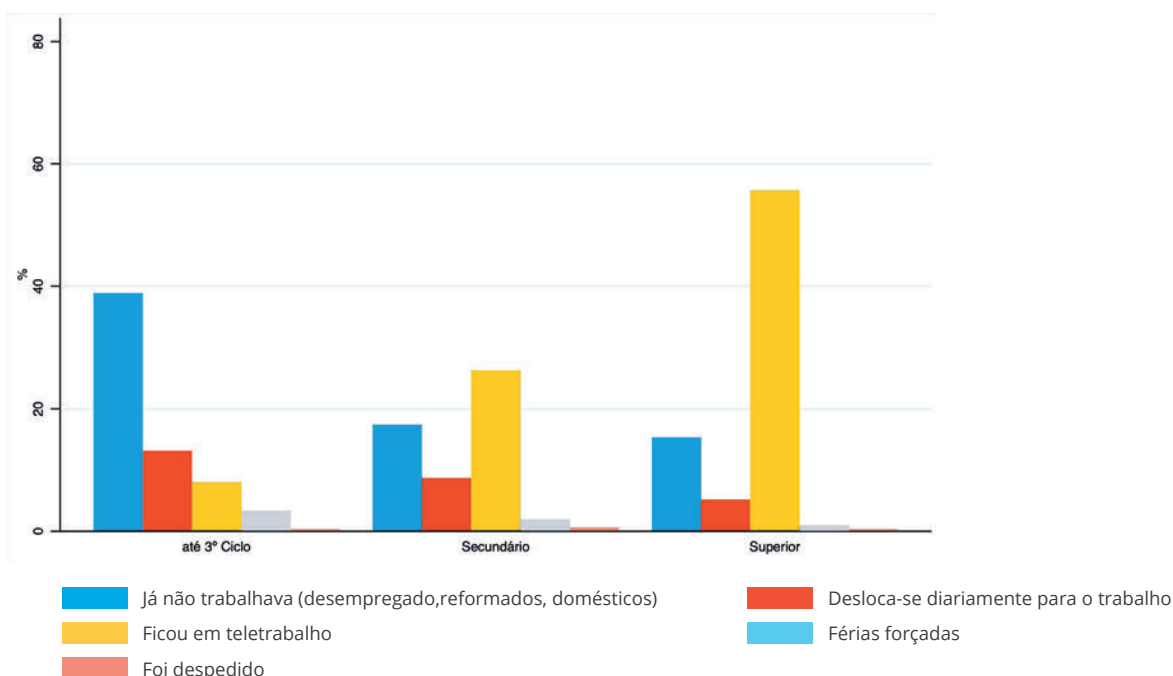
Para o ensino a distância o acesso a computador e internet tornaram-se ferramentas essenciais. Os dados do Sistema de Informação do Ministério da Educação (MISI) referentes aos alunos do 4.º, 6.º, e 9.º. anos de escolaridade mostram que, apesar de a percentagem de alunos com acesso a um computador e a internet ter vindo a aumentar, os alunos mais carenciados são os mais excluídos. No ano letivo 2017/2018, 71% dos alunos sem SASE tinham acesso às duas ferramentas, mas apenas 62% dos alunos SASE A (escalão a que pertencem os alunos de famílias mais pobres) tinham acesso a um computador e 52% acesso à internet.

O apoio social nas escolas chegou através do acolhimento dos filhos e outros dependentes de profissionais dos serviços essenciais, assim como a prestação de apoio alimentar a beneficiários SASE.

Registaram-se nas escolas públicas 38.904 acolhimentos e foram servidas 2600 refeições diárias em março, número que chegou às 14.000 em junho. Estes apoios concentraram-se especialmente na região de Lisboa e Vale do Tejo e no Norte.

O **trabalho** foi das esferas da vida mais afetadas pela pandemia e os mais vulneráveis, com menos rendimentos, com menos escolaridade ou em situações laborais mais precárias foram os mais afetados. A Figura 3 mostra os resultados do “Impacto Social da Pandemia – estudo ICS/ISCTE covid-19” – apenas 8% dos respondentes com escolaridade até ao 3.º ciclo ficaram em teletrabalho, face a 56% dos que tinham concluído o Ensino Superior. Os mais pobres são os que perderam mais rendimento disponível.

**Figura 3 - Situação profissional depois do início da pandemia em Portugal, por nível de escolaridade (%)**



**Fonte:** Impacto Social da Pandemia - Estudo ICS/ISCTE Covid 19 (dados recolhidos em março 2020). Cálculos dos autores.

**Notas**

1. Resposta à questão “Neste momento, qual é a sua situação do ponto de vista da sua atividade profissional?”.
2. Interpretação: Cerca de 39% dos participantes com escolaridade até ao 3º ciclo já não trabalhavam quando a pandemia começou. Cerca de 55% dos participantes com ensino superior ficaram em regime de teletrabalho.

Face à paragem forçada da atividade económica, o governo adotou medidas como o **layoff simplificado**, as moratórias ao pagamento de juros e capital de créditos existentes, o acesso a novos créditos com juros bonificados ou garantias do Estado e a suspensão do pagamento de obrigações fiscais e contributivas.

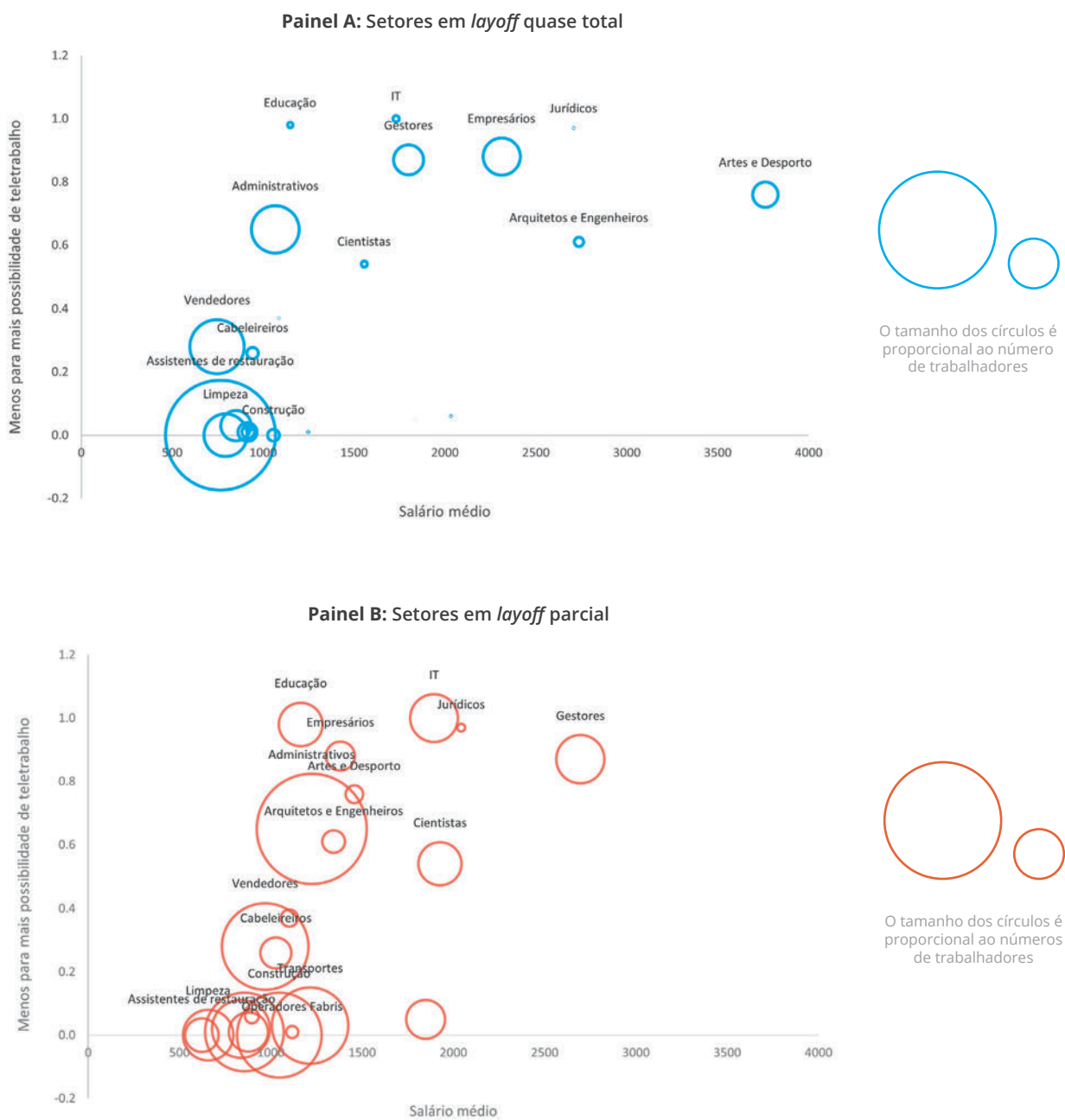
O inquérito COVID-IREE, realizado pelo INE e Banco de Portugal, mostra que a medida mais adotada e importante para a liquidez das empresas foi o *layoff* simplificado. As **moratórias** foram aplicadas a 751.725 contratos de março até final de setembro. 42% eram créditos à habitação e outros créditos hipotecários. As prorrogações de **obrigações fiscais** representavam em setembro 831,5 milhões e, mais de 50% referentes à Taxa Social Única.

Em setembro de 2020 a taxa de **desemprego** em Portugal era 7,7% da população ativa. Havia 381 mil inscritos nos centros de emprego, de acordo com dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), mais 106 mil que no mesmo período de 2019. Este aumento foi mais forte entre os mais jovens (menos de 25 anos) e com escolaridade até ao 12.º ano. As mulheres continuam a ser a maioria dos inscritos. Quanto às razões para deixar de trabalhar, o Inquérito ao Emprego do INE mostra que os indivíduos com menos escolaridade são os que mais deixaram de trabalhar por doença ou incapacidade (31,3%), e os indivíduos com apenas o ensino secundário são os que mais são despedidos individual ou coletivamente (28,3%).

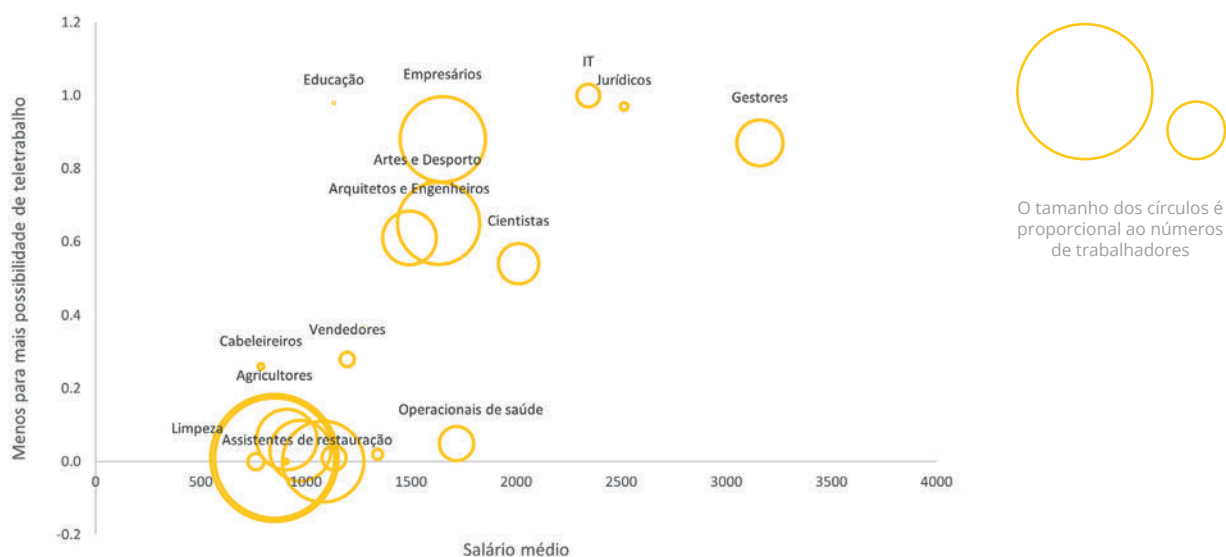
A nível **setorial**, mostramos que os setores que, pela natureza da sua forma de produzir, puderam continuar a trabalhar em regime de teletrabalho e recorreram menos ao *layoff*. Outros setores, com menos teletrabalho mas também pouco *layoff* (agricultura, construção, saúde, transportes e indústria), enfrentam menos dificuldades. Por outro lado, os seus trabalhadores foram potencialmente expostos a maiores riscos de saúde.

É também patente a relação crescente entre a capacidade de trabalhar de casa e o salário médio de cada ocupação. Na Figura 4 vemos que os setores em *layoff* quase total (Painel A) têm uma percentagem elevada de trabalhadores com baixos salários e cuja ocupação não pode ser realizada em teletrabalho. São estas pessoas que enfrentam quebras de rendimento devido ao *layoff*. Os setores com menos *layoff* (Painel C) têm dois tipos de trabalhadores: os trabalhadores essenciais – mais expostos ao risco de saúde – e os trabalhadores dos serviços – que nalguns casos mantiveram a sua atividade a partir de casa. As ocupações compatíveis com teletrabalho são as que têm salários mais elevados.

**Figura 4 - Profissões que podem ser exercidas em casa, salário médio e nível de *layoff* do setor**



**Painel C: Setores com menos *layoff***



**Fonte:** Quadros de Pessoal (2018), MTSSS, O\*NET database. Cálculos dos autores.

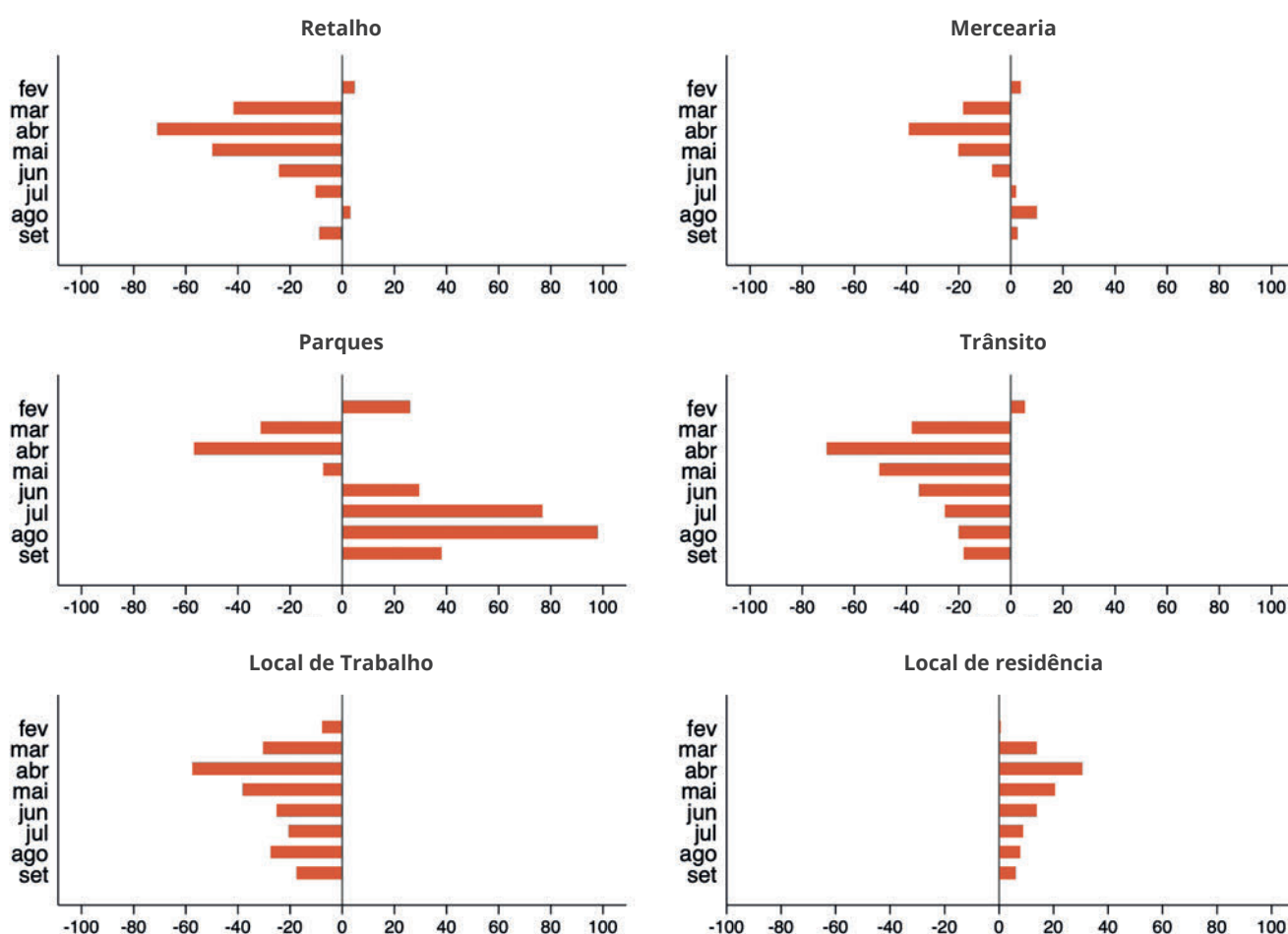
**Notas**

1. Relação entre o salário médio dos trabalhadores a tempo inteiro do setor privado e a possibilidade de trabalhar a partir de casa de cada profissão.
2. O grupo "Setores em *layoff* quase total" inclui os setores: Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; Alojamento, restauração e similares. O grupo "Setores em *layoff* parcial" inclui os setores: Atividades de informação e de comunicação, Atividades de saúde humana e apoio social; Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; Transportes e armazenagem; Indústrias transformadoras; Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; Outras atividades de serviços; Atividades administrativas e dos serviços de apoio; Educação; Atividades imobiliárias; O grupo "Setores com menos *layoff*" engloba os setores: Atividades financeiras e de seguros; Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Administração pública e defesa, segurança social obrigatória; Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; Indústrias extrativas; Captação, tratamento e distribuição de água; Saneamento, gestão de resíduos e despoluição; Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio; Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; Construção.
3. Os círculos são proporcionais ao número de trabalhadores de cada profissão no total de trabalhadores em cada grupo de setores.

Os setores mais afetados pela crise pandémica – Restauração, Moda e Acessórios, Transportes de Passageiros e os Alojamentos Turísticos – têm uma prevalência de salários baixos, trabalhadores com baixas qualificações, mulheres e trabalhadores estrangeiros em relação à média de todos os setores da economia.

As medidas de confinamento e distanciamento social reduziram o tempo que as pessoas passam fora de casa. A Figura 5 mostra que o tempo passado em locais de comércio de retalho, trânsito e parques diminuiu substancialmente nos meses de confinamento. A permanência no local de trabalho habitual diminuiu até ao máximo de 57,5% em abril, tendência que continuou nos meses pós-confinamento. O facto mais notável, no entanto, é que a diminuição das restantes deslocações – exceto espaços ao ar livre – se manteve ao longo de todo o período.

**Figura 5 - Tendências de mobilidade de fevereiro a setembro de 2020**



Fonte: Covid-19 Community Mobility Reports.

**Notas**

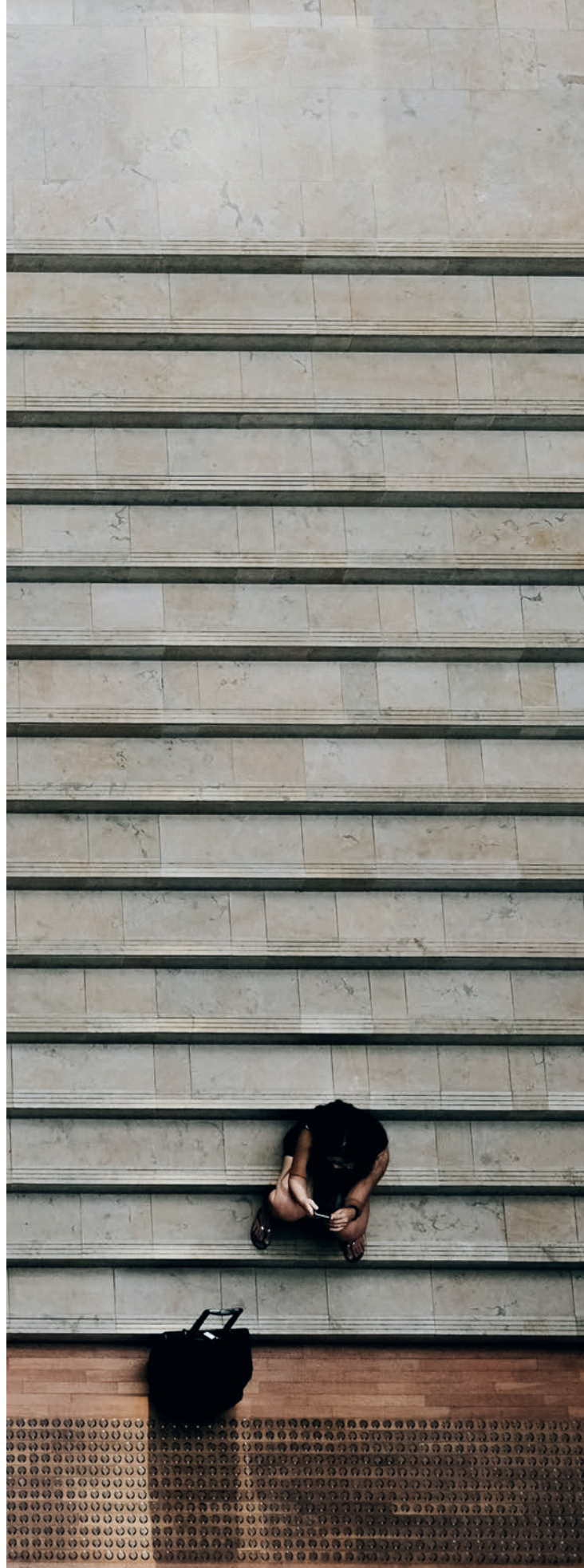
1. Tendências de mobilidade de locais como Retalho (restaurantes, cafés, centros comerciais, parques temáticos, museus, bibliotecas e cinemas); Mercearia (mercearias, armazéns de alimentos, mercados de agricultores, lojas de alimentação especializada, drogarias e farmácias); Parques (parques nacionais, praias públicas, marinas, parques para cães, praças e jardins públicos); Trânsito (centrais de transportes públicos, por exemplo, estações de metro, de comboios e paragens de autocarro); local de trabalho e local de residência. O período de referência é o valor mediano do período de 5 semanas entre 3 de janeiro e 6 de fevereiro de 2020. Não há informação para locais onde o volume de dados não é suficiente para estimar com segurança e anonimamente.

2. Interpretação: Durante o mês de abril, em média, os portugueses passaram 71% menos tempo no trânsito do que no período de referência. Em contraste, no mesmo mês passaram, em média, 31% mais tempo no seu local de residência.

No 2.º trimestre de 2020 registou-se uma diminuição do **consumo** e um aumento da **poupança** dos portugueses. Isto é explicado essencialmente por três razões: as medidas de confinamento e distanciamento social, a elevada incerteza quanto à situação económica futura e a mitigação da redução do rendimento disponível por medidas de apoio ao emprego e rendimento, como por exemplo o *layoff* simplificado.

O nível de **endividamento** das empresas e das famílias portuguesas aumentou durante os meses de confinamento. A percentagem de devedores em incumprimento teve um ligeiro aumento em abril, mas voltou a diminuir nos meses seguintes, mantendo-se relativamente estável. Esta estabilidade deve-se às garantias do Estado e à moratória pública dos créditos bancários das famílias e empresas, que estão a minimizar o impacto nos incumprimentos.

O impacto das medidas sanitárias e do clima de incerteza levaram a uma queda na atividade económica. No 2.º trimestre de 2020, a contração do **PIB** foi de 16,3% em termos homólogos e o **défice orçamental** aumentou para 1,9% (face a 0% no mesmo período de 2019). A tendência decrescente da **dívida pública** foi invertida, atingindo 130% do PIB no 3.º trimestre do ano (face a 120% no mesmo período de 2019).



# Glossário

**1. Agregado familiar** – Conjunto de pessoas que vivem na mesma habitação e que suportam as principais despesas conjuntamente, independentemente das relações de parentesco.

**2. Coeficiente de Gini** – É um indicador que mede o grau de desigualdade na distribuição do rendimento, assumindo valores entre 0 e 1. É igual a 0 quando todas as pessoas têm o mesmo rendimento e igual a 1 quando o rendimento total está concentrado apenas numa única pessoa.

**3. Confiança nas instituições** – Nível de confiança na Assembleia da República, no sistema jurídico, na polícia, nos políticos, nos partidos políticos e no parlamento Europeu.

**4. Défice orçamental** – O saldo orçamental corresponde à diferença entre receitas e despesas. Quando esta diferença é negativa, isto é, as despesas são superiores às receitas, temos um défice orçamental.

**5. Dívida pública** – Corresponde ao nível de endividamento das Administrações Públicas. Neste caso, é consolidada ao nível deste sector institucional, isto é, inclui apenas os passivos face a outros sectores da economia (residentes e do resto do mundo).

**6. Indicadores Europa 2020** – Representa a estratégia de crescimento dos países da União Europeia entre 2010 e 2020, com o objetivo de reforçar a articulação das políticas nacionais e europeias.

**7. Intensidade de Pobreza** – De acordo com o Eurostat, é o quociente entre a diferença do limiar de pobreza e o rendimento mediano das pessoas pobres relativamente ao limiar de pobreza.

**8. Intensidade laboral per capita muito baixa** – Encontram-se nesta situação as pessoas com menos

de 60 anos que vivem em agregados em que os adultos (entre 18 e 59 anos, exceto estudantes) trabalham, em média, menos de 20% do tempo de trabalho possível, durante o ano anterior.

**9. Layoff simplificado** – É uma medida excepcional e temporária de proteção dos postos de trabalho, que permite às empresas a redução temporária do período normal de trabalho ou suspensão de contrato de trabalho, no âmbito da pandemia da doença covid-19. As empresas que aderirem podem reduzir o salário aos seus trabalhadores, sendo essa remuneração financiada em 70% pela Segurança Social e em 30% pela entidade empregadora.

**10. Limiar (de risco) de pobreza** – De acordo com a definição usada pelo Eurostat, corresponde a 60% do rendimento nacional mediano por adulto equivalente de cada país, após transferências sociais.

**11. Moratórias** – suspensão do pagamento de juros e capital de créditos existente.

**12. Participação em atividades sociais** – De acordo com o ESS, atividades sociais significa encontro com outras pessoas por escolha ou por prazer e não por razões de obrigação ou dever.

**13. População ativa** – Segundo o INE, é o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

**14. População em risco de pobreza ou exclusão social** – População que se encontra em, pelo menos, uma das seguintes condições: (i) em risco de pobreza, (ii) em privação material severa; (iii) a viver num agregado com intensidade laboral muito baixa.

**15. Privação habitacional severa** – De acordo com o INE, uma pessoa vive em privação severa das condições de habitação se vive num espaço de habitação sobrelotado e com, pelo menos, um dos seguintes problemas: a) inexistência de instalação de banho ou duche no interior do alojamento; b) inexistência de sanita com autoclismo, no interior do alojamento; c) teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; d) luz natural insuficiente num dia de sol.

**16. Produto Interno Bruto (PIB)** – Corresponde ao conjunto de todos os bens e serviços finais que geram valor no país, por parte de empresas nacionais, ou estrangeiras, durante um período determinado de tempo (neste relatório usamos o PIB trimestral). Na ótica da procura ou da despesa, o PIB corresponde à soma das despesas de consumo final das famílias residentes, das instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (estes dois componentes são designados por consumo privado) e das administrações públicas (consumo público) com o investimento e as exportações líquidas de importações.

**17. Prorrogações de obrigações fiscais** – Período de tempo em que a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) fica "impedida de constituir garantias, nomeadamente penhores, nos termos do artigo 195.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT), bem como de compensar os créditos do executado resultantes de reembolso, revisão oficiosa, reclamação ou impugnação judicial de qualquer ato tributário nas suas dívidas cobradas pela administração tributária, nos termos do artigo 89.º do CPPT".

**18. Serviços de Ação Social Escolar (SASE)** – Apoios definidos consoante os dois primeiros escalões do abono de família. Atualmente, estão estipulados os seguintes valores, para uma família com apenas uma criança: o escalão A corresponde ao 1.º escalão do

abono de família, ou seja, rendimento disponível anual até 6143,34€; o escalão B: corresponde ao 2.º escalão do abono de família, ou seja, rendimento disponível anual maior que 6143,34€ e menor de 12.286,68€.

**19. Taxa (de risco) de pobreza** – Percentagem de pessoas com um rendimento monetário equivalente inferior ao limiar de pobreza instituído.

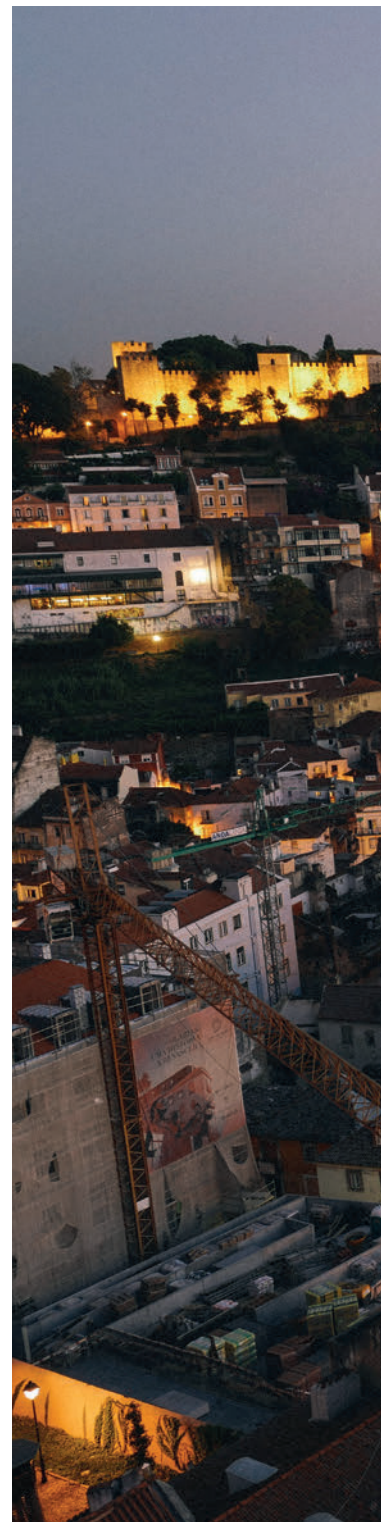
**20. Taxa de desemprego** – Segundo o INE, é a taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.

**21. Taxa de privação material** – Percentagem de pessoas que apresenta pelo menos três das nove carências presentes na lista descrita seção 4 do relatório integral.

**22. Taxa de privação material severa** – Percentagem de pessoas que apresenta pelo menos quatro das nove carências presentes na lista descrita na seção 4 do relatório integral.

**23. Taxa de risco de pobreza persistente** – De acordo com o Eurostat, é a percentagem de indivíduos que se encontram em risco de pobreza no ano da aplicação do ICOR e em dois dos últimos três anos.

**24. Transferências sociais** – São transferências de rendimentos ou prestações de serviços dirigidas a pessoas ou agregados familiares, sem contrapartida por parte dos beneficiários, cujo principal objetivo é a redução da incidência da pobreza.



\* Os autores do estudo agradecem o apoio financeiro da Fundação La Caixa.